Solução só no ano que vem

Luciene Cruz e Maria Eugênia

embróglio envolvendo a coleta de lixo no Distrito Federal vai ficar para o próximo governo resolver. Às vésperas do ano-novo, o atual governo não pretende mais mexer no assunto. Segundo o secretário de Comunicação Social do GDF, Marcos Vinícius Buccar, não há possibilidade de um novo contrato emergencial ser feito, diante do cancelamento do anterior (também em caráter emergencial), feito por meio de projeto de decreto legislativo aprovado pela Câmara. Licitação com uma nova empresa para este ano também está fora de cogitação. "Só o próximo governo vai decidir como ficará a situação do lixo. O que podia ser feito, nós fizemos", ressaltou Buccar.

Em novembro, a Qualix, empresa que mantinha a hegemonia na coleta de lixo no DF desde 2000, teve de repartir o seu contrato com outras quatro prestadoras de servico da capital federal. A medida foi determinada pela governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB), em caráter emergencial, para permitir que a gestão do governador eleito, José Roberto Arruda (PFL). providencie uma nova licitacão e estabeleca os critérios para o serviço de acordo com sua orientação.

A decisão foi tomada após reunião com o procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra. O contrato com a Qualix, que já era emergencial desde o ano passado, terminou em novembro. O primeiro contrato foi feito entre a Belacap e a Qualix

Serviços Ambientais. Os pagamentos feitos até junho de 2005 pela Belacap ultrapassaram a casa dos R\$ 522 milhões, sendo que o contrato inicial era de R\$ 355 milhões. Os acréscimos nos pagamentos foram permitidos por sucessivos termos aditivos.

™ Medida

O diretor-geral da Belacap, Ildeu Oliveira, é contra a medida tomada pela Câmara Legislativa que, na prática, suspende a renovação emergencial do contrato feita por Abadia. "Esse decreto foi uma inconstitucionalidade. Eles (deputados) não podem ir contra um ato do GDF", disse.

Oliveira defende uma medida definitiva. "Vou fazer de tudo para não haver um novo contrato emergencial. Quero que seja feita licitação e não novos contratos provisórios. Mas, enquanto isso não acontece, tudo continua do jeito que está", ressaltou. O pedido licitatório foi encaminhado ao Tribunal de Contas do DF, que ainda não enviou resposta sobre o assunto.

Do outro lado da discussão, o deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) cobra uma postura mais incisiva do governo. "Eles precisam levar em consideração as necessidades do mercado e contratar outra empresa. O governo desprezou a determinação do Ministério Público e o decreto da Câmara, como se nada tivesse acontecido. É preciso fazer análise das propostas das outras empresas candidatas e tomar providências rápidas. Do jeito que está, não pode continuar", declarou.



DISTRITO FEDERAL É CAMPEÃO NO VOLUME DE COLETA DE LIXO POR HABITANTE, SEGUNDO ESTUDO DIVULGADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Recursos para aterro sanitário

Na edição de ontem, o Jornal de Brasília mostrou que o Distrito Federal é a unidade da Federação que tem a maior média de lixo coletado por habitante. Segundo o Ministério das Cidades, esta marca na capital do País fica em 1,7 Kg/dia, por pessoa, enquanto que no resto do Brasil a média é de 0,78 Kg/dia. Ou seja, no DF o montante é mais que o dobro que em

outros estados.

Apesar da liderança no ranking, o DF não tem um sistema de coleta seletiva, a exemplo de várias cidades brasileiras. E 70% dos resíduos coletados vão para o lixão da Estrututal, que está com a capacidade esgotada. O local também não tem nenhuma medida de proteção ambiental.

Segundo informações da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF (Adasa), os primeiros recursos do Programa Brasília Sustentável, gerenciado pela Agência, deverão ser aplicados na Vila Estrutural. O programa, informa o órgão, foi assinado entre o GDF e o Banco Mundial em 23 de fevereiro de 2006, com o necessário aval da União. Está em vigor e os recursos estão disponíveis para sua utilização.

O programa prevê R\$ 8 milhões para o fechamento do lixão da Estrutural e a abertura de outro aterro sanitário. Com o cancelamento da licitação que escolheria a nova empresa que fará a coleta de lixo, feita pelo Tribunal de Contas, caberá ao GDF decidir sobre a destinação da verba. De qualquer forma, lembra a Adasa, os recursos estão assegurados.